



O objetivo principal do ENGOV é gerar novos conhecimentos sobre como a governança ambiental se configura na América Latina e Caribe. Este projeto enfoca os novos desenvolvimentos e políticas na região que permitem ou impedem o duplo objetivo de erradicação da pobreza e conservação ambiental. Além disso, o ENGOV visa desenvolver um arcabouço analítico mais integrativo para a governança ambiental e de uso de recursos naturais na América Latina e no Caribe.



Este projeto foi financiado pelo Sétimo Programa-Quadro da União Europeia de actividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração de acordo com o Convênio de Cooperação No. 266.710

WEBSITE

Mais informações sobre os parceiros, as atividades, resultados e publicações do projeto se encontram no www.engov.eu

EDIÇÃO ESPECIAL:

CONFLITOS, DIÁLOGOS DE SABERES E GOVERNANÇA AMBIENTAL

Mina Kleiche-Dray (IRD, França)

A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o ano 2014 como ano internacional da agricultura familiar. Assim, é reconhecida a contribuição das populações indígenas e camponesas para 70% da produção mundial de alimentos. Na França, Laurence Tubiana, representante especial para a conferência Clima (COP21), a ser realizada em Paris em 2015, caracterizou a agricultura familiar como uma forma de resposta para a adaptação à mudança climática. Apesar disso, os movimentos internacionais de lutas camponesas, como *Via Campesina*, salientam que o desafio só poderá ser enfrentado com sucesso se a reforma agrária for atendida. Esta discordância entre os movimentos sociais e o discurso internacional ganha caráter simbólico a cada vez que a participação das populações indígenas e os camponeses está em jogo na governança ambiental.

Esta newsletter da ENGOV ilustra alguns conflitos, resistências e tentativas de diálogo entre os projetos governamentais e as respostas das populações. Os conflitos sobre os transgênicos no México, a governança da água no Equador, exploração da madeira na floresta Amazônica brasileira e o renovado interesse acadêmico pela articulação dos saberes tradicionais sobre a natureza são clara prova disto.

BATALHA JURÍDICA E CONFLITO SOCIAL EM TORNO DO MILHO TRANSGÊNICO NO MÉXICO

Jean Foyer (CNRS, França)

A recente ratificação judicial para impedir o plantio comercial de milho transgênico no México abre uma vez mais o debate, iniciado há mais de dez anos, sobre a coexistência entre os milhos transgênicos e os milhos locais.

No México, a possível chegada dos primeiros milhos transgênicos é percebida, em parte, como uma ameaça contra esta diversidade biológica e cultural, ao mesmo tempo em que permite uma conscientização sobre o valor dos milhos locais.

Desde a descoberta de transgenes nos milhos mexicanos em 2001, um movimento social de resistência aos milhos transgênicos se espalha por todo o país. Assim, desde 2002, a Rede em Defesa do Milho (RDM) tem organizado fóruns e oficinas de informação em torno da temática do milho nas comunidades camponesas, bem como suas próprias pesquisas sobre a presença de transgenes nas variedades locais de milho. Outras organizações, como Greenpeace ou o Grupo de Estudos Ambientais (GEA) se mobilizam também no terreno da conscientização e da disputa legal em torno dos organismos geneticamente modificados (OGM). A partir de 2007, outra plataforma social se articula ao redor do movimento Sem Milho Não Há País.

Preso entre este movimento de resistência e as pressões comerciais, a posição do governo mexicano sempre foi ambígua. Ao mesmo tempo em que adotava uma moratória a partir de 1998 sobre os plantios de milho transgênico, também deixava entrar cerca de 10 milhões de toneladas de milho por ano, essencialmente transgênico, importado dos Estados Unidos. Em ausência qua-

se total de regulamentações de biossegurança aplicáveis (tanto no controle na fronteira, quanto na rotulagem), estas importações expuseram o país à disseminação de transgenes nos milhos locais. A lei de biossegurança adotada em 2005, que parecia colocar um ponto final na moratória, vem se somar a esta situação, adotando um quadro para a coexistência de plantios de milho transgênico nos estados do norte com plantios de subsistência de milhos locais no centro e sul do país. Uma série de ações jurídicas realizadas pela resistência ativa de diversas organizações mexicanas conseguiu, por enquanto, bloquear as autorizações comerciais e transformar a problemática do milho transgênico em um verdadeiro debate nacional no México.



Projeto Cidade do Conhecimento Yachay, Ecuador. Após da expropriação de várias fazendas de Urcuquí, nasce um projeto inspirado na Silicon Valley. (Foto por Thierry Ruf)



Maqueta do Projeto Cidade do Saber Yachay, Ecuador (Foto por Thierry Ruf)

A CAMINHO DA GOVERNANÇA DA ÁGUA NO EQUADOR: COMO INTEGRAR A HISTÓRIA DA VALA DE IRRIGAÇÃO URCUQUÍ NO PROJETO DE YACHAY?

Thierry Ruf (IRD, França)

Em 2011, o Presidente do Equador escolhe Urcuquí, localizado no norte da Serra, para realizar um dos grandes projetos do seu governo: a criação de um “Silicon Valley” equatoriano com a expropriação de 4000 hectares de fazendas da região. Trata-se de uma vasta operação de construção de uma cidade nova de 100.000 habitantes, batizada com o nome de Yachay (“conhecimento” em quéchua), com o fim de reunir uma universidade focada em novas tecnologias e empresas inovadoras.

Nesse contexto, o poder político em Quito pode se apoiar em uma população local que tem sabido resistir e melhorar suas práticas agrícolas a partir da reorganização da distribuição da água e a produção das bases alimentares desde a época colonial (projeto do CICDA, atualmente AVSF). O território de Urcuquí é, portanto, particularmente interessante na gestão comunitária da água.

Urcuquí conheceu diferentes fases sucessivas de conquista das águas. Sob o domínio Caranqui durante o império Inca, a gestão da água permaneceu nas mãos indígenas inclusive durante os inícios da época colonial, para espanto da Real Audiência em Quito. Com a instalação progressiva de colonos nas margens do sistema índio, os caciques acabaram perdendo seus direitos sobre a “acéquia grande” que tinham construído ao redor de 1592 sobre o rio “mãe da água”. São marginalizados da governança do rio e excluídos de outros recursos locais. Da mesma forma, quando em meados do século XX, os descendentes mestiços dos caciques se levantaram contra o maior monopolizador da água, Jijón e Caamaño, proprietário da Fazenda San José, o povo encarna certo modelo de redistribuição social da água no Equador. A assembleia constituinte reunida em Quito expropria em 1944 Jijón e Caamaño de seus direitos sobre a acéquia grande e a entrega à assembleia local de Urcuquí para sua gestão. No entanto, o alcance desse ato é limitado, pois só 300 hectares de agricultura familiar são então regados, enquanto umas cinquenta fazendas perpetuam o controle total de todas as outras valas para irrigar os 4000 hectares de cana de açúcar.

Algumas décadas mais tarde, no início do século XXI, a economia andina da cana de açúcar colapsa. Acaba a vigência de uma época na qual a governança sem comum acordo das terras e da água era possível. Uma nova era parece surgir a partir da crise das fazendas, que mudam de mãos e quase não encontram soluções produtivas alternativas.

Nesse contexto de ruptura com o antigo domínio territorial e de promoção de um projeto de vanguarda para o desenvolvimento urbano e tecnológico, será que as instâncias científicas e

universitárias solicitadas pelo governo poderão melhorar a posição das famílias camponesas na governança local das terras e das valas de irrigação?



Cuidando a selva (Foto por Claudia López)



Mulheres artesãs Ka'apor (Foto por Claudia López)

O POVO INDÍGENA KA'APOR E SUAS LUTAS EM DEFESA DE SEU TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Claudia Leonor López (Museo Paraense Emilio Goeli, Brasil)

O processo de luta do povo Ka'apor em defesa da terra indígena Alto Turiaçu, na Amazônia brasileira, destaca o cenário atual de conflitos socioambientais.

Na década de 1960, com a construção da rodovia Belém-Brasília, o estado do Maranhão passou a ser integrado nas dinâmicas de expansão da fronteira agropecuária e madeireira. Assim, começa um processo acelerado de desmatamento associado à produção de carne para exportação, cultivo de soja, plantios de eucalipto para produção de celulose, exploração madeireira e mineração (Almeida et al., 2005). A abertura da rodovia Belém-São Luis, capital do Estado, gerou dinâmicas de avanço sobre as florestas tropicais primárias da Amazônia maranhense, promovendo o surgimento de pequenos povoados, que hoje são cabeceiras de diversos municípios.

Na década de 1980, cerca de 1300 colonos e madeireiros invadiram a Terra Indígena Alto Turiaçu, território dos Ka'apor, e a Reserva Biológica Gurupi, extraindo grandes quantidades de madeira nobre, especialmente de *pau d'arco* (*Tabebuia sp.*), espécie que, na cosmologia Ka'apor, deu origem a este povo. A partir de 1993, houve ataques às aldeias indígenas pelos colonos e madeireiros e contra-ataques dos Ka'apor aos acampamentos ilegalmente estabelecidos dentro da Terra Indígena. Algumas áreas foram muito afetadas pela extração ilegal de madeira, principalmente o extremo sul e os arredores da atual aldeia Xiepihu-rena, criada em 2002 por líderes Ka'apor com o objetivo de evitar futuras invasões (Balée, 2005).

No decorrer do século XXI, a Terra Indígena Alto Turiaçu continuou sendo alvo de constantes invasões de madeireiros que exploram ilegalmente os recursos florestais, gerando graves conflitos nas aldeias e agredindo a população indígena, que se declara contra estas ações criminosas.

Em agosto de 2014, e ante a ausência de qualquer assistência dos órgãos responsáveis, o povo Ka'apor tomou a defesa de seu território em suas próprias mãos. A ação teve grande repercussão na mídia, e o povo indígena Ka'apor volta a aparecer no cenário político nacional e internacional, efetuando ações de defesa de seu território e dos recursos naturais, inclusive confiscando máquinas utilizadas na exploração ilegal de madeira. Novas aldeias estão sendo criadas nas regiões mais afetadas por estas atividades ilegais, como parte de uma estratégia para garantir a ocupação e defesa de seu território.

Com base na sua tradição de pensamento e suas expressões culturais, mas também através de suas mobilizações políticas e das reivindicações de seus direitos coletivos, os Ka'apor tentam construir seu projeto de vida, procurando, em primeiro lugar, garantir sua existência física, mas também o direito a um território livre de invasões e que assegure a reprodução autônoma de seu estilo de vida e sua identidade cultural como povo.



Durante um ritual Chamula proposto como “extra” aos participantes do Congresso Mexicano de Etnobiologia (foto por David Dumoulin).



Congresso Mexicano de Etnobiología (foto por David Dumoulin)

OUTRA ETNOBIOLOGIA É POSSÍVEL!

IX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO MEXICANA DE ETNOBIOLOGIA, SAN CRISTOBAL DE LAS CASAS, 24 DE ABRIL - 4 DE MAIO 2014

David Dumoulin (Université de Paris-3, França)

Ao longo do IX Congresso Mexicano de Etnobiologia, a comunidade acadêmica se mostrou em pleno desenvolvimento. Nunca antes este Congresso tinha tido tanta afluência: mais de 650 palestrantes e quase um milhar de participantes. Para além do projeto unificador do termo “etnobiologia”, toda uma série de subdisciplinas se abriu neste congresso: etnomicologia, etnoecologia, etc. É verdade que a disciplina da etnobiologia ainda custa a aparecer nos nomes de laboratórios, departamentos ou formações universitárias. Porém, sua visibilidade é crescente, em particular, a partir das transformações da revista “Etnobiologia” e do crescimento acelerado da quantidade de teses universitárias que tratam do tema.

O título do IX Congresso, “Porque outra etnobiologia é possível”, faz referência aos usos politicamente ambivalentes da disciplina, bem como às controvérsias internas que a percorrem, especialmente no que diz respeito às relações entre os científicos e as pessoas que mantêm vivos os saberes tradicionais. Na fronteira entre a utopia e a discussão metodológica, essa *Outra etnobiologia* abriria novos modos de pesquisa, nos quais a produção científica já não estaria mais ao serviço de certa epistemologia dominante e seu modo de acumulação. Ela propõe um novo mundo científico, onde haveria espaço para uma diversidade de mundos. Outra etnobiologia é possível!

PUBLICAÇÕES RECENTES DE ENGOV

- Bull, Benedicte and Mariel Cristina Aguilar-Stoen (eds) (2014) *Environmental Politics in Latin America: Elite dynamics, the left tide and sustainable development* (Earthscan from Routledge).
- De Castro, Fabio, Pitou van Dijck, Barbara Hogenboom (2014) **The Extraction and Conservation of Natural Resources in South America: Recent Trends and Challenges** Cuadernos del CEDLA, No. 27: http://www.cedla.uva.nl/50_publications/pdf/cuadernos/cuad27.pdf (Open Access).
- Dijck, Pitou van (ed.) (2014) **What is the Future for Amazonia? Socio-Economic and Environmental Transformation and the Role of Road Infrastructure What Is the Future for Amazonia?** Cuadernos del CEDLA, No. 28: http://www.cedla.uva.nl/50_publications/pdf/cuadernos/cuad28-What-is-the-Future-for-Amazonia.pdf (Open Access).
- Drummond, José Augusto (2014) *Proteção e Produção: Biodiversidade e Agricultura no Brasil* (Rio de Janeiro; Garamond).
- Leiva Lavallo, Patricio (ed) (2014) *Hacia un espacio Eurolatinoamericano para la educación superior, ciencia, tecnología e innovación* Primera Cumbre Académica, Comunidad de Estados de América Latina y el Caribe – Unión Europea, Foro Académico Permanente ALC-EU (Santiago de Chile: JC Sáez Editor SpA.). Con contribuciones de Michiel Baud, Cristián Parker y Héctor Sejenovich.

Para a produção completa do ENGOV, incluindo as publicações, visite:

www.engov.eu